

## CONCURSO PÚBLICO

<b>CÓDIGO</b> <b>P05</b>	<b>PROVA</b> <b>Z</b>	<b>ATENÇÃO VERIFIQUE SE CÓDIGO E PROVA DESTE CADERNO DE QUESTÕES CONFEREM COM O SEU CARTÃO DE RESPOSTAS</b>
-----------------------------	--------------------------	---



**DATA: 29/11/2009**  
**DOMINGO - MANHÃ**

### Procurador Autárquico

FRASE PARA EXAME GRAFOLÓGICO (TRANSCREVA NO QUADRO DE SEU CARTÃO DE RESPOSTAS)

*“A primeira e melhor vitória é conquistar a si mesmo.”*

*Platão*

### A T E N Ç Ã O

O **Caderno de Questões** contém 60 questões de múltipla-escolha, cada uma com 5 opções (A, B, C, D e E).

1. Ao receber o material, verifique no **Cartão de Respostas** seu nome, número de inscrição, data de nascimento e cargo. Qualquer irregularidade comunique imediatamente ao fiscal de sala. Não serão aceitas reclamações posteriores.
2. A prova objetiva terá duração de 4 horas incluído neste tempo o preenchimento do **Cartão de Respostas**.
3. Leia atentamente cada questão e assinale no **Cartão de Respostas** a opção que responde corretamente a cada uma delas. O **Cartão de Respostas** será o único documento válido para a correção eletrônica. O preenchimento do **Cartão de Respostas** e a respectiva assinatura serão de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição do **Cartão de Respostas**, por erro do candidato.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **Cartão de Respostas**:
  - A maneira correta de marcação das respostas é cobrir, fortemente, com esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada.
  - Outras formas de marcação diferentes implicarão a rejeição do **Cartão de Respostas**.
  - Será atribuída nota zero às questões não assinaladas ou com falta de nitidez, ou com marcação de mais de uma opção, e as emendadas ou rasuradas.
5. O fiscal de sala não está autorizado a alterar qualquer destas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.
6. Você só poderá retirar-se definitivamente do recinto de realização da prova após 60 minutos contados do seu efetivo início, **sem levar o Caderno de Questões**.
7. Você só poderá levar o próprio **Caderno de Questões** faltando 60 minutos para o término do horário da prova, conforme Edital do Concurso Público.
8. Por motivo de segurança, só é permitido fazer anotação durante a prova no **Caderno de Questões**.
9. Após identificado e instalado na sala, você não poderá consultar qualquer material, enquanto aguarda o horário de início da prova.
10. Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o **Cartão de Respostas**.
11. Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o **Cartão de Respostas**. Não esqueça seus pertences.
12. O **Gabarito Oficial da Prova Objetiva** será disponibilizado no site [www.funccab.org](http://www.funccab.org), no dia 01/12/2009, conforme estabelecido no Cronograma Previsto.

Realização:



**BOA PROVA**

Leia o texto abaixo e responda às questões propostas.

### ÉTICA PARA A NOVA ERA

Nenhuma sociedade no passado ou no presente vive sem uma ética. Como seres sociais, precisamos elaborar certos consensos, coibir certas ações e criar projetos coletivos que dão sentido e rumo à história. Hoje, devido ao fato da globalização, constata-se o encontro de muitos projetos éticos nem todos compatíveis entre si. Face à nova era da humanidade, agora mundializada, sente-se a urgência de um patamar ético mínimo que possa ganhar o consentimento de todos e assim viabilizar a convivência dos povos. Vejamos, sucintamente, como na história se formularam as éticas.

Uma permanente fonte de ética são as religiões. Estas animam valores, ditam comportamentos e dão significado à vida de grande parte da humanidade que, a despeito do processo de secularização, se rege pela cosmovisão religiosa. Como as religiões são muitas e diferentes, variam também as normas éticas. Dificilmente se pode fundar um consenso ético, baseado somente no fator religioso. Qual religião tomar como referência? A ética fundada na religião possui, entretanto, um valor inestimável por referi-la a um último fundamento que é o Absoluto.

A segunda fonte é a razão. Foi mérito dos filósofos gregos terem construído uma arquitetônica ética fundada em algo universal, exatamente na razão, presente em todos os seres humanos. Às normas que regem a vida pessoal chamaram de *ética* e às que presidem a vida social chamaram de *política*. Por isso, para eles, política é sempre ética. Não existe, como entre nós, política sem ética. Esta ética racional é irrenunciável, mas não recobre toda a vida humana, pois existem outras dimensões que estão aquém da razão, como a vida afetiva, ou além, como a estética e a experiência espiritual.

A terceira fonte é o desejo. Somos seres, por essência, desejantes. O desejo possui uma estrutura infinita. Não conhece limites e é indefinido por ser naturalmente difuso. Cabe ao ser humano dar-lhe forma. Na maneira de realizar, limitar e direcionar o desejo, surgem normas e valores. A ética do desejo se casa perfeitamente com a cultura moderna que surgiu do desejo de conquistar o mundo. Ela ganhou uma forma particular no capitalismo no seu afã de realizar todos os desejos. E o faz excitando de forma exacerbada todos os desejos. Pertence à felicidade a realização de desejos, mas, atualmente, sem freios e controles, pode pôr em risco a espécie e devastar o planeta. Precisamos incorporá-la em algo mais fundamental.

A quarta fonte é o cuidado, fundado na razão sensível e na sua expressão racional, a responsabilidade. O cuidado está ligado essencialmente à vida, pois esta, sem o cuidado, não persiste. Daí haver uma tradição filosófica que nos vem da antiguidade (a fábula-mito 220 de Higino) e que define o ser humano como essencialmente um ser de cuidado. A ética do cuidado protege, potencia, preserva, cura e previne. Por sua natureza não é agressiva e quando intervém na realidade o faz tomando em consideração as consequências benéficas ou maléficas da intervenção. Vale dizer, se responsabiliza por todas as ações humanas. Cuidado e responsabilidade andam sempre juntos.

Essa ética é hoje imperativa. O planeta, a natureza, a humanidade, os povos, o mundo da vida estão demandando cuidado e responsabilidade. Se não transformarmos estas atitudes em valores normativos, dificilmente evitaremos catástrofes em todos os níveis. Os problemas do aquecimento global e o complexo das várias crises só serão equacionados no espírito de uma ética do cuidado e da

responsabilidade coletiva. É a ética da nova era.

A ética do cuidado não invalida as demais éticas, mas as obriga a servir à causa maior que é a salvaguarda da vida e a preservação da Casa Comum para que continue habitável.

(BOFF, Leonardo. In [www.leonardoboff.com](http://www.leonardoboff.com), 29/06/2009.)

1. Tratando da importância da ética para a organização da sociedade, o autor expõe vários pontos de vista, entre os quais NÃO se pode depreender o seguinte:

- A) As religiões, como fonte de ética, são importantes, principalmente por relacionar a ética a um fundamento extremo, que é o Absoluto.
- B) Os seres humanos não podem abrir mão da ética fundamentada na razão, por esta lhes ser intrínseca, ainda que ela não envolva toda a vida humana, pelo fato de existirem outras dimensões que estão aquém ou além da razão.
- C) A ética fundamentada no desejo encontrou no capitalismo uma forma especial de manifestação, por este trazer em seu bojo o ardor de realizar todos os desejos.
- D) Por estar ligada essencialmente à vida em todas as suas manifestações, a ética baseada no cuidado sobrepõe-se às demais formas de ética, obrigando-as a formar uma salvaguarda fundamental para a preservação do planeta.
- E) A globalização tem-se mostrado um empecilho para que a humanidade construa um projeto ético compatível com as exigências da nova era em que se encontra a humanidade.

2. Em sua linha de argumentação, o autor usou argumentos afirmativos e argumentos negativos, ou contra-argumentos, para expor seus pontos de vista. Dentre os trechos abaixo extraídos do texto, aquele que se apresenta como contra-argumento em relação a ponto de vista exposto pelo autor é:

- A) "Foi mérito dos filósofos gregos terem construído uma arquitetônica ética fundada em algo universal, exatamente na razão, presente em todos os seres humanos." (3º parágrafo)
- B) "A ética do desejo se casa perfeitamente com a cultura moderna que surgiu do desejo de conquistar o mundo." (4º parágrafo)
- C) "Por sua natureza não é agressiva e quando intervém na realidade o faz tomando em consideração as consequências benéficas ou maléficas da intervenção." (5º parágrafo)
- D) "O planeta, a natureza, a humanidade, os povos, o mundo da vida estão demandando cuidado e responsabilidade." (6º parágrafo)
- E) "Dificilmente se pode fundar um consenso ético, baseado somente no fator religioso." (2º parágrafo)

3. No trecho "que, **a despeito do** processo de secularização, se rege pela cosmovisão religiosa" (2º parágrafo), para que seja mantido o sentido original do texto, a locução prepositiva em destaque só pode ser substituída por:

- A) em virtude de.
- B) com o propósito de.
- C) apesar de.
- D) de acordo com.
- E) à conta de.

4. No período “Hoje, devido ao fato da globalização (1), constata-se o encontro de muitos projetos éticos nem todos compatíveis entre si (2)” (1º parágrafo), o termo numerado como (1) exprime, em relação ao numerado como (2), o sentido de:

- A) oposição.
- B) conclusão.
- C) consequência.
- D) causa.
- E) conformidade.

5. A leitura adequada de um texto pressupõe a correta interpretação das referências internas que ocorrem no texto. Entre as referências relacionadas abaixo, houve ERRO de interpretação em:

- A) “Por isso, para eles, política é sempre ética” (3º parágrafo) / o pronome “eles” refere-se ao termo “seres humanos”.
- B) “Cabe ao ser humano dar-lhe forma” (4º parágrafo) / o pronome “lhe” refere-se ao termo “desejo”.
- C) “Ela ganhou uma forma particular no capitalismo no seu afã de realizar todos os desejos” (4º parágrafo) / o pronome “seu” refere-se ao termo “capitalismo”.
- D) “Precisamos incorporá-la em algo mais fundamental” (4º parágrafo) / o pronome “lá” refere-se ao termo “realização de desejos”.
- E) “e dão significado à vida de grande parte da humanidade que, a despeito do processo de secularização, se rege pela cosmovisão religiosa” (2º parágrafo) / o pronome “que” refere-se ao termo “grande parte da humanidade”.

6. Uma das condições básicas de entendimento de um texto é, no ato de ler, identificar os dois termos essenciais da oração: o sujeito e o predicado. Das orações abaixo extraídas do texto, das quais foram identificados os dois termos essenciais, aquela em que houve ERRO de interpretação é:

- A) “por referi-la a um último fundamento” (2º parágrafo) / sujeito indicado pelo contexto: “um valor inestimável”; predicado: “por referi-la a um último fundamento”.
- B) “é indefinido por ser naturalmente difuso” (4º parágrafo) / sujeito indicado pelo contexto: “o desejo”; predicado: “é indefinido por ser naturalmente difuso”.
- C) “Cabe ao ser humano dar-lhe forma” (4º parágrafo) / sujeito oracional: “dar-lhe forma”; predicado: “Cabe ao ser humano”.
- D) “E o faz excitando de forma exacerbada todos os desejos” (4º parágrafo) / sujeito indicado pelo contexto: “a ética do desejo”; predicado: “E o faz excitando de forma exacerbada todos os desejos”.
- E) “como na história se formularam as éticas” (1º parágrafo) / sujeito passivo: “as éticas”; predicado: “como na história se formularam”.

7. A palavra que pode substituir, sem alteração de sentido, o adjetivo em destaque na frase “Não conhece limites e é indefinido por ser naturalmente DIFUSO” (4º parágrafo) é:

- A) espinhoso.
- B) impreciso.
- C) insuficiente.
- D) superficial.
- E) insociável.

8. A leitura atenta do trecho “pois existem outras dimensões que estão AQUÉM da razão, como a vida afetiva, ou ALÉM, como a estética e a experiência espiritual” (3º parágrafo) permite constatar que os dois termos em destaque – que também podem ser usados como prefixos em português – estão em oposição de sentido. Os pares abaixo foram formados com palavras prefixadas nas quais os prefixos têm significados opostos, EXCETO no par:

- A) expatriar / endocárdico.
- B) posfácio / prognóstico.
- C) semideus / hemiciclo.
- D) hipoderme / sobreloja.
- E) soterrar / epitáfio.

9. Das alterações feitas abaixo na redação da oração “O cuidado está ligado essencialmente à vida” (5º parágrafo), aquela em que está INCORRETO empregar o acento da crase é:

- A) O cuidado está ligado essencialmente à vida de qualquer ser.
- B) O cuidado está ligado essencialmente à qualquer forma de vida.
- C) O cuidado está ligado essencialmente à vida em qualquer de suas formas.
- D) O cuidado está ligado essencialmente à plenitude da vida.
- E) O cuidado está ligado essencialmente à nossa vida.

10. Dentre as alterações feitas na redação da oração “e quando intervêm na realidade” (5º parágrafo), de acordo com a norma culta, está INCORRETO o emprego do verbo INTERVIR em:

- A) e quando elas intervêm na realidade.
- B) e quando elas intervierem na realidade.
- C) e quando ela interveio na realidade.
- D) e quando ela intervir na realidade.
- E) e quando elas interviessem na realidade.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

11. Qual das alternativas a seguir contém uma sigla que NÃO corresponde a uma tecnologia de transferência de dados entre um computador e dispositivos de armazenamento em massa, tais como unidades de disco rígido e drives ópticos?

- A) ATA.
- B) IEEE.
- C) SATA.
- D) SCSI.
- E) IDE.

12. Qual é a resolução, em pixels, definida no padrão Super VGA para a exibição de imagens em monitores de vídeo?

- A) 1680 x 1050
- B) 1920 x 1200
- C) 1152 x 870
- D) 800 x 600
- E) 1366 x 768

13. Marque a alternativa que contém um protocolo usado na Internet para transferir mensagens contidas numa caixa de correio eletrônico para um computador local.

- A) LTP.
- B) NFS.
- C) POP3.
- D) FAT32.
- E) FTP.

14. Marque a alternativa que corresponde a um software de gerenciamento de desktop muito usado com o sistema operacional Linux.

- A) Firefox.
- B) OpenOffice.
- C) Tomcat.
- D) Jboss.
- E) KDE.

15. A figura a seguir apresenta a caixa de diálogo **Opções**, pertencente ao menu **Ferramentas** do Mozilla Firefox:



A partir de qual opção desta caixa de diálogo é possível ativar ou desativar a memorização de senhas de sites?

- A) Conteúdo.
- B) Privacidade.
- C) Segurança.
- D) Avançado.
- E) Principal.

16. Marque a alternativa que apresenta três tipos de licença publicados pela FSF (*Free Software Foundation*).

- A) GPL, LGPL, FDL.
- B) WPL, LGPL, FDL.
- C) GPL, WPL, LGPL.
- D) WPL, RGPL, FDL.
- E) GPL, WPL, RGPL.

17. Qual comando Linux deve ser usado quando se deseja encerrar um processo imediatamente?

- A) terminate
- B) end
- C) kill
- D) Ctrl+Alt+Del
- E) stop

18. Sejam as seguintes assertivas sobre o Linux:

- I. O **bash** é um interpretador de comandos que se tornou padrão em várias distribuições Linux.
- II. O comando **ps** exibe os processos em execução.
- III. O comando **pwd** exibe a lista de impressoras disponíveis.

Marque a alternativa correta em relação às assertivas acima.

- A) Apenas as assertivas I e III são verdadeiras.
- B) Apenas as assertivas II e III são verdadeiras.
- C) As assertivas I, II e III são falsas.
- D) As assertivas I, II e III são verdadeiras.
- E) Apenas as assertivas I e II são verdadeiras.

19. O ícone a seguir pertence à barra de ferramentas padrão do BrOffice Writer 3.1:



Sua função é:

- A) realizar a verificação ortográfica de um documento.
- B) ativar a autoverificação ortográfica.
- C) ativar o dicionário da língua escolhida para um documento.
- D) realizar a contagem dos caracteres existentes em um documento.
- E) realizar a contagem das palavras existentes em um documento.

20. Seja uma fórmula armazenada em uma célula de uma planilha do BrOffice Calc 3.1. Qual deve ser o primeiro caractere desta fórmula para que ela possa ser calculada corretamente?

- A) \$
- B) @
- C) !
- D) =
- E) +

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

21. Conforme o Artigo 20 da Constituição Federal de 1988 são bens da União, dentre outros:

- A) os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica do pré-sal.
- B) o mar territorial, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas e todas as ilhas oceânicas e as costeiras.
- C) os terrenos de marinha e seus acrescidos, os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica do pré-sal, o mar territorial, as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas e todas as ilhas oceânicas e as costeiras.
- D) os potenciais de energia hidráulica; os recursos minerais, inclusive os do pré-sal; o subsolo; as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; as terras ocupadas pelos índios e por entidades públicas.
- E) as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; os terrenos de marinha e seus acrescidos; os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva.

22. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC – é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, de acordo com o disposto na Lei nº 9.985/2000. O grupo das Unidades de Proteção Integral previsto no SNUC é composto pelas seguintes categorias de unidade de conservação:

- A) Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.
- B) Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Estação Ecológica; Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Refúgio de Vida Silvestre.
- C) Reserva Biológica; Parque Nacional; Monumento Natural; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna.
- D) Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural e as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei.
- E) Área de Proteção Ambiental; Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional; Reserva Extrativista; Reserva de Fauna; Reserva de Desenvolvimento Sustentável; Reserva Particular do Patrimônio Natural.

23. De acordo com o Artigo 17 da Lei nº 9.985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, a Floresta Nacional é uma área:

- A) natural, com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável de recursos faunísticos.
- B) com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas e tem como objetivo básico o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas.
- C) natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica.
- D) natural que tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico, sendo de posse e domínio públicos; as áreas particulares incluídas em seus limites serão desapropriadas, de acordo com o que dispõe a lei.
- E) natural, utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte, e tem como objetivos básicos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade.

24. De acordo com o Artigo 22 do Decreto 4.340/2000, poderá gerir unidade de conservação a OSCIP que preencha os seguintes requisitos:

- A) tenha dentre seus objetivos institucionais a educação sustentável, pague taxa de exploração ambiental à União e possua a licença de operação.
- B) tenha dentre seus objetivos institucionais a educação ambiental, a promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável; comprove a realização de atividades de proteção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável, preferencialmente na unidade de conservação ou no mesmo bioma e pague taxa de exploração ambiental à União.
- C) tenha dentre seus objetivos institucionais a proteção do meio ambiente ou a promoção do desenvolvimento sustentável e comprove a realização de atividades de proteção do meio ambiente ou desenvolvimento sustentável, preferencialmente na unidade de conservação ou no mesmo bioma.
- D) nenhuma OSCIP poderá gerir unidade de conservação por ser atribuição exclusiva do Estado.
- E) tenha dentre seus objetivos institucionais a educação ambiental e pague taxa de exploração ambiental à União.

25. Para fins de apuração do comprometimento ético, o Código de Ética define e entende por servidor público todo aquele que:

- A) por força apenas da lei, preste serviços somente de natureza permanente, com retribuição financeira, desde que ligado diretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- B) por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste apenas serviços de natureza permanente, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado diretamente às autarquias e às fundações públicas e às empresas públicas e sociedades de economia mista mesmo que não prevaleça o interesse do Estado.
- C) recebeu a investidura apenas através de concurso público, desde que ligado diretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- D) por força de lei, contrato ou de qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária ou excepcional, ainda que sem retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.
- E) por força apenas da lei, preste serviços somente de natureza permanente, com retribuição financeira, desde que ligado direta ou indiretamente a qualquer órgão do poder estatal, como as autarquias, as fundações públicas, as entidades paraestatais, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, ou em qualquer setor onde prevaleça o interesse do Estado.

26. A pena aplicável ao servidor público pela Comissão de Ética, segundo o Código de Ética do Servidor Público, é:

- A) de censura e de multa pelos danos causados à Administração Pública sendo que sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- B) de censura ou de multa pelos danos causados à Administração Pública ou ainda de suspensão administrativa, a critério da Comissão de Ética, havendo apenas a obrigatoriedade da ciência do faltoso.
- C) de censura ou de multa pelos danos causados à Administração Pública ou ainda de suspensão administrativa, a critério da Comissão de Ética, não havendo a obrigatoriedade da ciência do faltoso, sendo o mesmo considerado revel.
- D) de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinado por todos os seus integrantes, com ciência do faltoso.
- E) de censura e sua fundamentação não deverá constar do respectivo parecer, havendo apenas a obrigatoriedade da ciência do faltoso.

27. Segundo o Código de Ética do Servidor Público, são deveres fundamentais do servidor público, dentre outros:

- A) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; denunciar toda e qualquer ação ilegal ao Ministério Público; utilizar o cargo ou função para obter qualquer favorecimento, para si ou para outrem.
- B) prejudicar deliberadamente a reputação de outros servidores ou de cidadãos que deles dependam; ser, em função de seu espírito de solidariedade, conivente com erro ou infração ao Código de Ética ou ao Código de Ética de sua profissão; usar de artifícios para procrastinar ou dificultar o exercício regular de direito por qualquer pessoa, causando-lhe dano.
- C) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações imorais, ilegais ou aéticas e denunciá-las; comunicar imediatamente a seus superiores todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, exigindo as providências cabíveis.
- D) ser assíduo e frequente ao serviço, na certeza de que sua ausência provoca danos ao trabalho ordenado, refletindo negativamente em todo o sistema; denunciar toda e qualquer ação imoral ou ilegal ao Ministério Público; deixar de utilizar os avanços técnicos e científicos ao seu alcance ou do seu conhecimento para atendimento do seu mister desde que seja para favorecer o bem público.
- E) resistir a todas as pressões de superiores hierárquicos, de contratantes, interessados e outros que visem obter quaisquer favores, benesses ou vantagens indevidas em decorrência de ações ilegais e denunciá-las ao Ministério Público; comunicar imediatamente a seu superior hierárquico imediato todo e qualquer ato ou fato contrário ao interesse público, deixando as providências cabíveis por conta exclusivamente deste, tendo em vista a prevalência da hierarquia; manter limpo e em perfeita ordem o local de trabalho; zelar pelo exercício do direito de greve e pelas exigências específicas da defesa da vida e da segurança coletiva.

28. Segundo o § 4º do Artigo 225 da Constituição Brasileira de 1988, são considerados patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais:

- A) a Serra do Mar, o Cerrado, a Caatinga, os Pampas Gaúchos, o Pantanal Mato-Grossense.
- B) o Cerrado, a Caatinga, os Pampas Gaúchos, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- C) a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- D) o Cerrado, a Caatinga, a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- E) a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o Cerrado, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.

29. Segundo o Artigo 269 da Constituição do Estado do Ceará, na formulação de sua política energética, o Estado dará especial ênfase aos aspectos de preservação do meio ambiente, utilidade social e uso racional dos recursos disponíveis, obedecendo às seguintes prioridades:

- A) proibição de desmatamentos indiscriminados, bem como de queimadas criminosas e derrubadas de árvores para construção de Usinas hidrelétricas ou de carvão, punindo-se o infrator, na forma da lei; poupança de energia, mediante aproveitamento mais racional e uso mais consciente; maximização do aproveitamento de reservas energéticas existentes no Estado.
- B) redução da poluição ambiental, em especial nos projetos destinados à geração de energia elétrica; poupança de energia, mediante aproveitamento mais racional e uso mais consciente; maximização do aproveitamento de reservas energéticas existentes no Estado; exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis com fins energéticos, que deverão ser administrados por empresas do Estado ou sob seu controle.
- C) poupança de energia, mediante aproveitamento mais racional e uso mais consciente; maximização do aproveitamento de reservas energéticas existentes no Estado; programa de educação ambiental obrigatório em todos os níveis de escolaridade a ser implantado pelo empreendedor do aproveitamento energético.
- D) programa de educação ambiental obrigatório em todos os níveis de escolaridade a ser implantado pelo empreendedor do aproveitamento energético; redução da poluição ambiental, em especial nos projetos destinados à geração de energia nuclear; fiscalização, conjuntamente com a União e Municípios, objetivando a efetiva proteção da flora e da fauna nas áreas afetadas por empreendimentos energéticos.
- E) redução da poluição ambiental, em especial nos projetos destinados à geração de energia nuclear e eólica; fiscalização, conjuntamente com a União e Municípios, objetivando a efetiva proteção da flora e da fauna; instalação, em cada Município, de órgão auxiliar dos órgãos federais e estaduais, na preservação da ecologia e do meio ambiente; exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis com fins energéticos, que deverão ser administrados por empresas privadas ou estatais.

30. Segundo o Artigo 6º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, assim estruturado:

- A) o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Superior do Meio Ambiente (CSMA), a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente; as Secretarias Municipais de Meio Ambiente.
- B) o Conselho de Governo; o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Órgãos Seccionais; Órgãos Locais.
- C) o Conselho de Governo; o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Secretaria Especial do Meio Ambiente da Presidência da República (SEMA); o Instituto Nacional do Meio Ambiente (IBAMA); as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente; as Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Órgãos Seccionais; Órgãos Locais; Órgãos Setoriais; os Sindicatos e as ONGs que tenham atuação comprovada na área ambiental.
- D) o Conselho de Governo; o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República; o Instituto Nacional do Meio Ambiente; as Secretarias Estaduais de Meio Ambiente; as Secretarias Municipais de Meio Ambiente; Órgãos Seccionais; Órgãos Locais; Órgãos Setoriais; as ONGs que tenham atuação comprovada na área ambiental.
- E) o Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), a Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República; o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA); Órgãos Seccionais; Órgãos Setoriais; as ONGs que tenham atuação comprovada na área ambiental.

### CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. A Lei nº 10.257/01 regulamenta os Artigos 182 e 183 da Constituição Federal, e estabelece diretrizes gerais da política urbana, sendo correto afirmar sobre o tema:

- A) na ação de usucapião especial urbana não é obrigatória a intervenção do Ministério Público, em razão da peculiaridade do direito discutido.
- B) o direito de preempção confere ao Poder Público Federal preferência para a aquisição de imóvel urbano, objeto de alienação onerosa entre particulares.
- C) o plano diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, elaborado pelo poder público em processo administrativo sigiloso.
- D) o plano diretor é obrigatório nas cidades integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.
- E) a outorga onerosa do direito de construir é um dos instrumentos de política urbana pelo qual se determina o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsória do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado.

32. Conforme previsto no Capítulo VI da Constituição Federal, é dever do Poder Público e da coletividade a defesa e a preservação do meio ambiente. Acerca do tema, assinale a alternativa que está de acordo com o texto constitucional.

- A) As atividades lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções de natureza penal e administrativa, que, uma vez aplicadas, eximem a obrigação de reparar o dano.
- B) São consideradas disponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.
- C) Cabe à lei federal definir a localização das usinas que operam com reator nuclear.
- D) Decreto Presidencial poderá dispor sobre a utilização das áreas consideradas patrimônio nacional.
- E) Todos os entes da Federação podem definir espaços territoriais a serem protegidos, sendo possível a supressão ou alteração dessas áreas por decreto do Chefe do Poder Executivo.

33. No que se refere à Resolução nº 237/97, que regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental, estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- A) é expressamente vedado ao órgão ambiental municipal o licenciamento ambiental.
- B) considera-se licença de instalação aquela que autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento das licenças anteriores.
- C) os estudos necessários ao processo de licenciamento serão custeados pelo Poder Público do local onde está situado o empreendimento ou atividade.
- D) é vedado ao órgão ambiental competente para o licenciamento estabelecer prazos de validade para as licenças concedidas, em razão da presunção de legalidade dos atos administrativos.
- E) compete ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, o licenciamento ambiental dos empreendimentos e atividades localizadas ou desenvolvidas em dois ou mais Estados.

34. Acerca das regras estabelecidas no Código Florestal, Lei nº 4.771/65, assinale a alternativa correta.

- A) O comércio de plantas vivas, oriundas de florestas, dependerá de licença da autoridade competente.
- B) Compete ao IBAMA a aprovação da exploração nas florestas públicas de domínio do Município.
- C) É vedado o acesso de pessoas e animais às áreas de proteção permanente para a obtenção de água.
- D) É permitida a livre exploração de recursos florestais em terras indígenas.
- E) A supressão de vegetação em área de preservação permanente é expressamente vedada.

35. Sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação, instituído pela Lei nº 9.985/00, é correto afirmar que:

- A) É objetivo das Unidades de Proteção Integral compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais.
- B) A criação de uma unidade de conservação sempre independe da realização de estudos técnicos e consulta pública.
- C) O licenciamento ambiental de empreendimento de significativo impacto ambiental obriga o empreendedor a apoiar a implantação e manutenção de unidade de conservação do grupo de Proteção Integral.
- D) A Reserva Extrativista é uma área destinada à preservação da natureza e à realização de pesquisas científicas, sendo considerada de natureza privada.
- E) Entende-se por manejo a variabilidade de organismos vivos de todas as origens, compreendendo os ecossistemas terrestres e marinhos.

36. A Lei Estadual nº 11.411/87 dispõe sobre a Política Estadual do Meio Ambiente e criou o Conselho Estadual do Meio Ambiente – COEMA – e a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE. Com base nessa legislação, pode-se afirmar que:

- A) é atribuição da SEMACE, dentre outras, promover e estimular a celebração de convênios, ajustes e acordos com entidades públicas e privadas para execução de atividades ligadas aos seus objetivos.
- B) o regimento interno do COEMA será aprovado por Decreto do Poder Executivo e disporá sobre organização, funcionamento, atribuições e outras matérias de interesse do Conselho.
- C) os Conselheiros representantes do COEMA terão mandato de 5 (cinco) anos e serão nomeados pelo Prefeito Municipal.
- D) a participação dos Conselheiros do COEMA será devidamente remunerada, não podendo ser alvo de exoneração *ad nutum* por parte do Governador do Estado.
- E) é atribuição do COEMA, dentre outras, administrar o licenciamento de atividades poluidoras do Estado do Ceará.

37. A Lei Estadual nº 13.796/2006 instituiu a política estadual de gerenciamento costeiro e o plano estadual de gerenciamento costeiro. Assinale abaixo a alternativa que NÃO está de acordo com a legislação indicada.

- A) O incentivo ao estudo e à pesquisa voltados ao desenvolvimento de tecnologias capazes de orientar o uso racional e a proteção dos recursos ambientais é um dos princípios da política estadual de gerenciamento costeiro.
- B) É objetivo da política estadual de gerenciamento costeiro elaborar e implementar zoneamento urbano e ecológico-econômico costeiro.
- C) Uma das diretrizes da política estadual de gerenciamento costeiro, dentre outras, é a criação de ferramentas específicas para a promoção e preservação da biodiversidade.
- D) Compete ao Ministério do Meio Ambiente, condicionado à prévia aprovação da Assembleia Legislativa do Estado, a definição, implementação, execução e acompanhamento dos procedimentos institucionais do Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro.
- E) É princípio da Política Estadual de Gerenciamento Costeiro o uso sustentável dos recursos ambientais existentes na zona costeira atendendo a manutenção do equilíbrio ecológico e a utilização racional.

38. Conforme as diretrizes estabelecidas na Lei Estadual nº 12.488/95, é correto afirmar que:

- A) a autorização do desmate, visando a alteração de uso do solo, é de competência da SEMACE.
- B) ainda que para uso doméstico, trabalho artesanal e atividade de apicultura, são obrigadas ao registro junto à SEMACE, todas as pessoas físicas e jurídicas que utilizem produtos e subprodutos florestais.
- C) é expressamente vedada a exploração das florestas nativas, suas formações sucessoras e demais formas de vegetação.
- D) é sempre dispensada a quitação de débitos oriundos de infrações florestais para a obtenção de autorização para a utilização de recursos florestais.
- E) independe de prévia autorização da SEMACE qualquer tipo de alteração da cobertura florestal nativa, visando o uso alternativo do solo.

39. A Lei Estadual nº 12.228/93 estabelece o regramento legal acerca da utilização, produção, consumo, comércio, armazenamento, fiscalização e transporte dos agrotóxicos, seus componentes e afins. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- A) Os partidos políticos com representação na Assembleia Legislativa possuem legitimidade para requerer o cancelamento ou a impugnação do registro de agrotóxicos e afins, arguindo prejuízos ao meio ambiente, à saúde humana e aos animais.
- B) É livre a comercialização de agrotóxicos com finalidade agrossilvopastoril diretamente ao usuário, dispensando a apresentação de qualquer requisito.
- C) Depende da apresentação de receituário agrônômico a venda de agrotóxicos destinados à higienização, desinfecção de ambientes domiciliares, públicos ou coletivos, ao tratamento de água e ao uso em campanhas de saúde pública.
- D) É permitida a comercialização e a utilização de agrotóxicos organomercuriais em todo o território do Estado do Ceará.
- E) O cadastramento dos agrotóxicos perante a SEMACE terá validade de 20(vinte) anos.

40. Acerca das regras previstas na Lei nº 9.605/98, assinale a alternativa correta.

- A) É possível a desconsideração da pessoa jurídica, desde que demonstrado o abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
- B) É considerada circunstância que atenua a pena o baixo grau de escolaridade do agente.
- C) Pode ser aplicada a suspensão condicional da pena nos casos de condenação à pena restritiva de direitos não superior a 2 anos.
- D) A perícia de constatação do dano ambiental produzida no inquérito civil não poderá ser aproveitada no processo penal, tendo em vista a independência de instâncias.
- E) A responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, sejam elas autoras, coautoras ou partícipes do mesmo fato.

41. A respeito da regulamentação constitucional acerca do processo legislativo, assinale a alternativa certa.

- A) Não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir o voto direto, secreto, universal e obrigatório.
- B) A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio.
- C) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.
- D) A Constituição da República prevê expressamente a iniciativa popular para projeto de emenda à Constituição.
- E) A Constituição poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República, do Procurador-Geral da República e de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal.

42. No que se refere às normas constitucionais que tratam do Poder Executivo, pode-se afirmar que:

- A) os Ministros de Estado serão escolhidos entre brasileiros natos e naturalizados maiores de trinta e cinco anos e no exercício de direitos políticos.
- B) o Presidente da República e os Governadores de Estado, na vigência de seus mandatos, não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções.
- C) o Vice-Presidente não poderá ausentar-se do País, sem licença da Casa Civil, por período superior a 20 (vinte) dias.
- D) se, antes de realizado o segundo turno das eleições, ocorrer morte, desistência ou impedimento legal de candidato, deverá ser realizada nova eleição.
- E) caracteriza crime de responsabilidade o ato do Presidente da República que atente contra a probidade na administração.

43. Acerca das disposições constitucionais sobre o orçamento, é correto afirmar que:

- A) a lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de educação continuada.
- B) dentre a lei orçamentária anual deve estar compreendido o orçamento de investimentos das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- C) somente lei ordinária poderá dispor acerca do exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual.
- D) é sempre permitida a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- E) somente lei de iniciativa do Poder Legislativo pode dispor sobre o plano plurianual.

44. Sobre o direito das obrigações, é correto afirmar que:

- A) Na solidariedade ativa, convertendo-se a prestação em perdas e danos, extingue-se a solidariedade para todos os efeitos.
- B) O credor pode renunciar à solidariedade em favor de um, de alguns ou de todos os devedores solidários.
- C) Em regra, na cessão de créditos não estão abrangidos os seus acessórios.
- D) Na cessão de créditos, o cedente sempre responderá pela existência do crédito e pela solvência do devedor.
- E) A obrigação de dar coisa certa não abrange os acessórios dela, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

45. O Código Civil Brasileiro traz vasta disciplina sobre os negócios jurídicos e suas características principais. A respeito do tema, assinale a alternativa que está de acordo com a previsão legal.

- A) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- B) A validade da declaração de vontade sempre dependerá de forma especial, ainda quando a lei não a exigir.
- C) A capacidade do agente e a licitude do objeto são pressupostos de existência do negócio jurídico.
- D) Nas declarações de vontade, se atenderá mais à disposição literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciadas.
- E) A impossibilidade inicial do objeto sempre invalida o negócio jurídico, ainda quando relativa.

46. No que se refere à etapa de formação dos contratos, pode-se afirmar que:

- A) deixa de ser obrigatória a proposta feita sem prazo, por telefone ou meio de comunicação semelhante, se não foi imediatamente aceita.
- B) a aceitação fora do prazo, com adições e modificações, não importará nova proposta.
- C) considera-se válida e eficaz a aceitação, ainda que antes dela chegue ao proponente a retratação do aceitante.
- D) os contratos entre ausentes tornam-se perfeitos desde o momento que a aceitação é expedida, mesmo nos casos em que o proponente tenha se comprometido a aguardar a resposta.
- E) a proposta de contrato sempre obriga o proponente, ainda que o contrário resulte da natureza do negócio a ser firmado ou das circunstâncias do caso.

47. Suponha a seguinte hipótese: Um cão pitbull atacou um transeunte, causando-lhe graves lesões na face e nas pernas. No caso, é correto afirmar que:

- A) o dono do cão somente responderá por eventuais danos materiais decorrentes das lesões, já que, no caso de responsabilidade civil por fato da coisa, não se admite condenação em danos morais ou estéticos.
- B) o dono do animal responderá por todos os danos causados, ainda que reste configurada a culpa exclusiva da vítima na hipótese aventada.
- C) o dono do animal responderá pelos danos sofridos pelo transeunte atacado, com base na responsabilidade civil por fato da coisa, caso não reste demonstrada a culpa exclusiva da vítima ou força maior.
- D) a responsabilidade civil do dono ou detentor do animal pelos danos causados por este não admite qualquer excludente de responsabilidade.
- E) o dono do cão não responde pela reparação civil dos danos sofridos pelo pedestre, já que o ordenamento jurídico brasileiro não contempla a hipótese de responsabilidade civil pelo fato da coisa.

48. Na forma das disposições legais sobre competência no âmbito do Direito Processual Civil Brasileiro, marque a opção correta.

- A) As ações fundadas em direito real sobre bens móveis serão propostas, em regra, no local da situação do bem.
- B) Havendo conexão ou continência o juiz, somente através de requerimento das partes, ordenará a reunião de ações propostas em separado, a fim de que sejam decididas simultaneamente.
- C) Declarada a incompetência absoluta, todos os atos processuais serão nulos, remetendo-se os autos para o juiz competente, que deverá produzi-los novamente.
- D) A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará a competência para o juízo do domicílio do réu.
- E) As modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente à fixação da competência são irrelevantes, ainda que alterem a competência em razão da matéria ou da hierarquia.

49. Acerca do instituto da tutela antecipada, assinale a alternativa que está de acordo com o Código de Processo Civil Brasileiro.

- A) Atualmente, não mais existem diferenças entre os institutos da tutela antecipada e da cautelar, tendo o Código de Processo Civil equiparado os requisitos para a concessão de ambas as medidas.
- B) Caso fique caracterizado o abuso do direito de defesa do réu, ainda assim cabe ao autor comprovar o requisito do *periculum in mora* para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela.
- C) A efetivação da decisão que concede a tutela antecipada observará, no que couber, as normas relativas à execução provisória da sentença.
- D) Admite-se, de forma pacífica, que o juiz, vislumbrando os requisitos de concessão da tutela antecipada, a conceda de ofício, independentemente de requerimento da parte.
- E) A tutela antecipada, uma vez concedida, somente poderá ser revogada ou modificada na sentença.

50. A lei penal posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado. É correto dizer que:

- A) trata o princípio citado da hipótese de *lex gravior*.
- B) trata-se da definição do princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica.
- C) o princípio citado pode sofrer mitigação, dependendo da culpabilidade do agente.
- D) mesmo que a lei mais grave entre em vigor durante a prática de crime permanente, por força do princípio acima citado, esta não se aplicará.
- E) o princípio acima mencionado aplica-se de forma ampla e irrestrita à lei excepcional e à lei temporária.

51. Sobre os institutos da tentativa, da desistência voluntária, do arrependimento eficaz e do arrependimento posterior regulados no Código Penal Brasileiro, é correto afirmar que:

- A) entende-se por crime tentado aquele em que o agente, por circunstâncias alheias a sua vontade, sequer chega a iniciar a execução do crime.
- B) para que seja caracterizada a desistência voluntária, a paralisação no prosseguimento da execução da conduta deve se dar por ato espontâneo do agente, não bastando que seja voluntário.
- C) no arrependimento eficaz, o agente não responderá pela tentativa se, com a sua conduta, efetivamente impedir que o resultado lesivo ocorra.
- D) ainda que o agente desista voluntariamente de prosseguir na execução, responderá pela tentativa do crime que pretendia cometer, com o maior percentual de diminuição previsto pela lei penal.
- E) o arrependimento posterior aplica-se a todos os crimes em que haja reparação do dano até o oferecimento da denúncia.

52. O inquérito policial tem natureza de procedimento administrativo, sendo presidido pela Autoridade Policial com atribuição para apuração da infração penal investigada. Sobre o instituto, é correto afirmar que:

- A) o inquérito policial deverá ser concluído, em regra, no prazo de 30 (trinta) dias, se o indiciado estiver preso em flagrante ou preventivamente.
- B) o inquérito policial está submetido aos princípios do contraditório e da ampla defesa.
- C) o inquérito policial é peça obrigatória e configura condição para a propositura da ação penal pública.
- D) a autoridade policial não detém poderes para determinar o arquivamento dos autos do inquérito.
- E) do despacho que indeferir o requerimento de abertura do inquérito feito pelo ofendido não cabe qualquer recurso.

53. A prisão em flagrante e a prisão preventiva são espécies do gênero prisão provisória, tratadas pelo Código de Processo Penal. Acerca do tema, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O flagrante presumido e o flagrante esperado são hipóteses válidas de prisão em flagrante no ordenamento jurídico.
- B) Admitem a prisão preventiva os crimes dolosos e os culposos punidos com reclusão.
- C) Nas infrações permanentes, entende-se que o agente está em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- D) A prisão em flagrante deverá ser comunicada imediatamente ao juiz competente e à família do preso ou pessoa por ele indicada.
- E) Considera-se em flagrante delito quem é encontrado, logo depois do crime, com instrumentos, armas objetos ou papéis que façam presumir ser ele o autor da infração.

54. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O regime jurídico dos contratos administrativos confere à Administração Pública a prerrogativa de fiscalizar-lhes a execução.
- B) É sempre permitido o contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- C) O prazo de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega do contrato administrativo não admite prorrogação.
- D) As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos podem sempre ser alteradas sem a prévia concordância do contratado.
- E) É vedado à Administração Pública exigir a prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

55. No que se refere à intervenção do Estado na propriedade, assinale a alternativa correta.

- A) Na ação de desapropriação, a contestação somente poderá versar sobre matéria fática.
- B) O tombamento de coisa pertencente à pessoa natural ou pessoa jurídica de direito privado somente poderá ocorrer voluntariamente.
- C) A servidão administrativa é sempre instituída por tempo certo.
- D) Considera-se de utilidade pública, a desapropriação por descumprimento da função social da propriedade, cujo pagamento é realizado em dinheiro.
- E) Ocupação temporária é forma de limitação do Estado à propriedade privada que se caracteriza pela utilização transitória de imóvel de propriedade privada, para fins de interesse público.

56. Acerca do processo administrativo disciplinar, é correto afirmar que:

- A) é sempre dispensada a fase de instrução no processo administrativo disciplinar.
- B) a aplicação de penalidades no processo administrativo não deve obedecer aos princípios da proporcionalidade e da ampla defesa.
- C) cabe à Comissão Processante, integrada por servidores ocupantes de cargos comissionados, a aplicação das penalidades no processo administrativo.
- D) os princípios da ampla defesa e do contraditório devem ser observados no processo disciplinar, de acordo com a doutrina e jurisprudência predominantes.
- E) a sindicância visa a aplicação imediata de penalidade ao servidor público, não podendo servir de base à instauração de processo disciplinar.

57. Quanto aos Poderes Administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O poder de polícia sempre admite delegação, principalmente no que se refere à edição de regras legais e à aplicação de sanções administrativas.
- B) O poder discricionário não conhece limitações, pois se baseia em juízo de conveniência e oportunidade, não se submetendo a qualquer espécie de controle judicial.
- C) O exercício do poder de polícia depende sempre de autorização do Poder Judiciário.
- D) Por ter fundamento no princípio da supremacia do interesse público, a sanção decorrente do exercício do poder de polícia não deve obediência ao princípio do devido processo legal.
- E) Considera-se exercício do poder de polícia a intervenção da autoridade administrativa nas atividades individuais, capazes de colocar em risco interesses gerais.

58. No que se refere à disciplina normativa prevista na Lei Estadual do Ceará nº 9.826/74, que dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado, é correto afirmar que:

- A) o provimento dos cargos públicos somente poderá ocorrer através de nomeação.
- B) a nomeação é o fato que completa a investidura em cargo público.
- C) somente o Governador do Estado ou as autoridades que lhe são diretamente subordinadas são competentes para dar posse.
- D) estágio probatório é o biênio de efetivo exercício no cargo de provimento efetivo, contado do início do exercício funcional, durante o qual é observado o atendimento dos requisitos necessários à confirmação do servidor nomeado em virtude de concurso público.
- E) a posse em cargo em comissão determina o concomitante afastamento do funcionário do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de comprovada acumulação legal.

59. Ainda sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado do Ceará, assinale a alternativa correta.

- A) Nas hipóteses de aposentadoria compulsória ou por invalidez, não haverá o afastamento do servidor da atividade, ainda que iniciado o processo de aposentadoria.
- B) No caso de aposentadoria compulsória, o processo inicia-se automaticamente aos 75 (setenta e cinco) anos de idade do servidor.
- C) O servidor aposentado compulsoriamente por motivo de idade, independente do tempo de contribuição, terá seus proventos integrais.
- D) Nos casos de invalidez decorrente de acidente no trabalho ou doença profissional, será aposentado o ocupante do cargo de provimento em comissão, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.
- E) O Estado assegurará um sistema de previdência público que será mantido com a contribuição de seus servidores, ativos, inativos, pensionistas e do orçamento do Estado, o qual compreenderá, dentre outros benefícios, o auxílio reclusão e o salário-maternidade.

60. Sobre a seguridade social, assinale a alternativa correta.

- A) É permitida a majoração de benefício ou serviço da seguridade social sem a correspondente fonte de custeio.
- B) É possível ao servidor participante de regime próprio de previdência filiar-se ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo.
- C) A previdência social, organizada sob a forma de regime geral, possui caráter contributivo e de filiação facultativa.
- D) Nenhum benefício que substitua o salário de contribuição ou o rendimento do trabalho do segurado terá valor mensal inferior ao salário mínimo.
- E) A seguridade social somente será financiada mediante recursos provenientes da União, dos Estados, dos Distritos Federais e dos Municípios.